



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – ESPANHOL**

**CÍNTIA EMANUELA DOS SANTOS AMORIM**

**ESCOLA, ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O PAPEL DO  
MEDIADOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**MONTEIRO  
2019**

**CÍNTIA EMANUELA DOS SANTOS AMORIM**

**ESCOLA, ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O PAPEL DO  
MEDIADOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção de título de Licenciada em Letras Habilitação em Língua Espanhola.

**Orientadora:** Professora Esp. Maria da Conceição Almeida Teixeira.

**MONTEIRO  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A524e Amorim, Cíntia Emanuela dos Santos.  
Escola, espaço de convivência [manuscrito] : um olhar sobre o papel do mediador na educação especial / Cintia Emanuela dos Santos Amorim. - 2019.  
27 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2019.  
"Orientação : Profa. Esp. Maria da Conceição Almeida Teixeira , Coordenação do Curso de Letras - CCHÉ."  
1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Alunos com deficiência. 4. Escola. I. Título  
21. ed. CDD 371.9

**CÍNTIA EMANUELA DOS SANTOS AMORIM**

**ESCOLA, ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA: UM OLHAR SOBRE UM PAPEL  
DO MEDIADOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção de título de Licenciada em Letras Habilitação em Língua Espanhola.

Área de concentração: Educação Especial.

Aprovada em: 21/11/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

M<sup>a</sup> da Conceição Almeida Teixeira

Prof.<sup>a</sup> Esp. Maria da Conceição Almeida Teixeira (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Lidiane Quirino Ramalho

Prof.<sup>a</sup> Esp. Lidiane Quirino Ramalho

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Rogério Rodrigues de Lima

Prof.<sup>o</sup> Esp. Rogério Rodrigues de Lima

PPGFP

“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.”

(Mantoan)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....</b>	<b>10</b>
<b>3. O PAPEL DO MEDIADOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>15</b>
<b>4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>17</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>
<b>APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA REALIZADA COM MEDIADORES.....</b>	<b>25</b>

# ESCOLA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O PAPEL DO MEDIADOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

CÍNTIA EMANUELA DOS SANTOS AMORIM

## RESUMO

O presente trabalho aborda a inclusão escolar de alunos que possuem algum tipo de deficiência, seja ela física, visual, mental, auditiva ou múltipla. Tendo como foco o papel do mediador na inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar, visto que a inclusão é um processo que está promovido nas práticas educacionais dentro dos parâmetros que regem a educação. O estudo baseia-se na problemática de discorrer a importância do mediador sobre métodos e recursos são utilizados pelos mediadores em sala de aula com os alunos com deficiência de uma escola municipal da cidade de Sertânia- PE. O objetivo é apresentar de maneira concisa o papel do mediador, bem como ressaltar o desempenho de suas funções no ambiente escolar, realizando uma reflexão dos possíveis desafios às suas práticas de atuação relacionada à aprendizagem e da importância desse profissional no processo de inclusão escolar do aluno com necessidade específica. Tendo como embasamento os estudos de Mantoan (2011), Skliar (2006), Beyer (2013), Glat e Pletsch (2012), a Lei Brasileira de Inclusão (2015), dentre outros. A pesquisa se solidifica por intermédio de um questionário semiestruturado direcionado ao mediador para identificar quais métodos e recursos utilizados na sala de aula, visando à adequação da escola ao contexto social, cultural e à realidade ao qual pertencem. Ao final da pesquisa percebeu-se que o mediador não usa apenas uma metodologia específica, mas faz uso de múltiplos recursos e procedimentos no intuito de beneficiar o aluno com deficiência, seja na sua aprendizagem ou na sua adaptação ao ambiente que ele se encontra, e que estes profissionais são extremamente relevantes no processo de inclusão, pois, estão envolvidos diretamente e/ou indiretamente no universo escolar e social da pessoa com deficiência.

**Palavras-Chave:** Mediador. Inclusão. Ensino. Métodos. Recursos.

## RESUMEN

El presente trabajo aborda la inclusión escolar de estudiantes que tienen algún tipo de discapacidad, ya sea física, visual, mental, auditiva o múltiple. Centrarse en el papel del mediador en la inclusión de las personas con discapacidad en el entorno escolar, ya que la inclusión es un proceso que se está insertando en las prácticas educativas, dentro de los parámetros que rigen la educación. El estudio se basa en el problema de hablar qué métodos y recursos utilizan los mediadores en el salón de clases con estudiantes con discapacidades en una escuela municipal en la ciudad de Sertânia-PE. El objetivo es presentar de manera concisa el papel del mediador, así como mostrar el desempeño de sus funciones en el entorno escolar, reflexionando sobre los posibles desafíos a sus prácticas de actuación relacionadas al aprendizaje y la importancia de este profesional en el proceso de inclusión escolar del alumno con discapacidad. Basado en los estudios de Mantoan (2011), Skliar (2006), Beyer (2013), Glat E Pletsch (2012), la Ley de Inclusión de Brasil (2015), entre otros. La investigación se solidifica a través de entrevistas, con un cuestionario semiestruturado dirigido al mediador para identificar qué métodos y recursos se utilizan, con el objetivo de adaptar al alumno al contexto

social, cultural y la realidad a la que pertenece. Al final de la investigación se notó que el mediador no solo usa una metodología única, sino que hace uso de múltiples recursos y procedimientos para beneficiar al estudiante discapacitado en todos los sentidos, ya sea en su aprendizaje o en su adaptación al entorno. Se encuentra que estos profesionales son extremadamente relevantes en el proceso de inclusión, ya que están directa y / o indirectamente involucrados en el universo escolar y social de las personas con discapacidad.

**Palabras clave:** Mediador. Inclusión. Docencia. Métodos. Recursos.

## 1 INTRODUÇÃO

A lei 13.146/15 orienta os meios e recursos para os alunos adquirirem os conhecimentos, e nota-se que, com base em textos lidos, que apesar de existir uma legislação, ainda exista a possibilidade desses direitos não são garantidos nas escolas. Segundo a referida lei,

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, p. 01).

A lei traz benefícios para as pessoas com deficiência, tendo em vista que não o torna diferente dos demais cidadãos. É uma forma de garantir e proporcionar de modo igualitário a estas pessoas as práticas de seus direitos e deveres sem preconceito por sua raça, origem ou qualquer outra forma de discriminação.

Falando de segurança e igualdade no meio social, abordamos a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, em especial o trabalho exercido pelo mediador. Tendo por exemplo, que necessariamente a adequação da escola e dos professores, e também os mediadores que também são professores, é um grande avanço para a inclusão, pois segundo Mantoan:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (MANTOAN, 1997, p.120).

Portanto, a inclusão deve ser um processo que aconteça de forma natural, no tempo certo de cada um que nela participa e contribui. O mediador escolar é um dos principais agentes desta evolução educacional para as pessoas com deficiência, pois eles surgem na necessidade de um aluno e se tornam essenciais na vida escolar.

Ainda existem casos em que as redes de ensino e as escolas não cumprem com o previsto na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), 13.146/2015, capítulo IV – Do direito a educação, art. 27, que diz:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e

sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 07).

Em outras palavras, a inclusão prevista pela lei não significa dizer que o aluno esteja apenas matriculado e frequente as aulas do ensino regular, mas que, mesmo diante dos desafios existentes, as práticas de ensino priorizem a aprendizagem e o crescimento em todos os níveis e em todas as áreas do aluno, que seja levada para além da sala de aula. Para Mantoan (2001) é como adequar a heterogeneidade dos alunos democratizando uma educação para todos com o desenvolvimento em novas maneiras de ensinar.

Em razão desta realidade, mostramos através de dados coletados por meio de um questionário como a escola oferece subsídios para a realização do trabalho de apoio ao professor do ensino regular. É nesse contexto que surge a mediação escolar como uma prática mais frequente a partir da Convenção de Salamanca (1994), que discutiu sobre a atenção educacional aos alunos com necessidades especiais.

O presente artigo aborda o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência e como as escolas se propõem a facilitar a aprendizagem desses estudantes. O estudo além de apresentar como se desenvolve o trabalho do mediador na sala de aula, ainda mostra a atual realidade do processo de inclusão, visto que incluir ultrapassa o ato de apenas matricular na rede de ensino o aluno que possua algum tipo de deficiência.

Este trabalho busca refletir sobre o papel do mediador na inclusão de alunos com necessidades específicas no ambiente escolar. Para tanto nos propomos a identificar os subsídios que à escola oferece ao mediador para o processo de adaptação de material didático e mostrar como as formações continuadas contribuem para o trabalho do mediador na escola.

Este estudo foi realizado com mediadoras que trabalham numa determinada escola no município de Sertânia no estado de Pernambuco pelo fato de residir na mesma e ser mais conveniente procurar recursos para o desenvolver da minha pesquisa.

A escola na qual as mediadoras trabalham do município de Sertânia, segundo a fala das mesmas, vem adequando-se para receber as pessoas com deficiência, na

formação de professores e mediadores<sup>1</sup>, utilizando-se de brinquedos, jogos educativos, materiais de estudos, salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros.

Este artigo se divide em seções. Na primeira seção abordaremos sobre o que é a educação inclusiva, na segunda seção sobre o papel do mediador dentro da educação inclusiva. Em seguida passaremos a análise dos dados coletados e por último trataremos algumas considerações finais.

## **2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Historicamente, o panorama no Brasil também não é diferente. Leis e documentos foram criados no intuito de garantir o sucesso da inclusão como já foi citado e as escolas tiveram de dar conta ao incluir alunos que precisavam de ajuda e repensar um modelo de educação que deveria lhes ser oferecido.

Observando a história da educação especial, segundo Mantoan (2001), notamos que a partir do século XX foi priorizada a “deficiência” e a “excepcionalidade” como um prejuízo para os alunos com necessidades no processo educacional. Por tempos, a anormalidade foi vista como a totalidade do indivíduo, ou seja, suas condições de vida limitadas o impediam de conviver de maneira igualitária no seu convívio social.

A busca por melhorias na educação inclusiva se voltou para a tentativa de identificar características causadas por determinada necessidade específica. Tendo em vista que todo indivíduo tem capacidade de aprender e tornar-se papel da escola buscar meios para diversificar as formas de ensino e garantir essa aprendizagem.

Vários documentos foram gerados ao longo dos anos por organizações internacionais no intuito de garantir o direito universal à educação, assim como também orientar o processo de inclusão, tais como: Declaração de Cuenca (1981), que recomendava em seus documentos a retirada de barreiras físicas e a participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões a seu respeito; Declaração Mundial sobre Educação para Todos – UNESCO (1990); Informe Final do Seminário da UNESCO de Caracas (1992); Declaração de Santiago (1993); Normas Uniformes para Pessoas com Incapacidades, aprovadas em Assembléia Geral das Nações Unidas (1993); Declaração de Salamanca, de Princípios, Política e Prática em Educação

---

<sup>1</sup> Nomenclatura pela qual é identificado o agente facilitador da aprendizagem no município de Sertânia-PE, que significa: que ou aquele que intervém, árbitro, mediano. (Dicionário Priberam da língua portuguesa)

Especial – UNESCO (1994); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU (2006).

Estes documentos contribuíram com normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Mais detalhadamente os documentos propostos pela UNESCO e ONU influenciaram na mudança de compreensão ao redor do paradigma segregativo na educação inclusiva brasileira. Os documentos propostos pela UNESCO entre 1990 e 1994 são considerados internacionalmente como momentos marcantes na história a favor da educação inclusiva.

Em 1942, segundo Ferreira (2005), havia no Brasil 40 escolas públicas em situação regular que prestavam algum tipo de atendimento a deficientes mentais e 14 escolas que atendiam alunos com outras deficiências.

A questão importante a se pensar era num modelo de educação que deveria ser oferecido para aqueles que apresentassem algum tipo de dificuldade. E segundo Campelo (1990), que possui experiência na formação de professor, educação especial e educação inclusiva, dentre outros, foi na década de 70 que foi criado o “Modelo educacional ou Modelo Diagnóstico Prescritivo”, que consiste em defender a escolha de procedimentos, métodos e técnicas de ensino partindo da dificuldade que cada aluno possui. Este modelo intervia diretamente sobre os problemas de comportamento e/ou de aprendizagem.

Neste modelo, o destaque não era dado ao diagnóstico profundo, e sim a observação minuciosa do aluno em relação as suas dificuldades e capacidades (CAMPELO, 1990). Dessa maneira, observa-se assim que há um novo enfoque sobre os sujeitos deficientes, que propõe ações que garantam o acesso e permanência destes no ensino regular.

No cenário atual, quando as escolas ainda não são efetivamente inclusivas, existe uma necessidade de diferenciar quem é aluno de inclusão e quem não é para buscar estratégias específicas para ele. Ser de inclusão para Freller (2006) é ocupar um espaço no ambiente escolar onde o aluno possa ir e vir de acordo com suas necessidades sendo que esse espaço deve estar aberto para que qualquer aluno possa estar em situação de inclusão.

Porém, na compreensão sobre o que é inclusão, Mantoan (2003) nos faz entender que uma sociedade onde existe oportunidade para todos, justa e sem discriminação inicia-se na escola. Sendo assim, é nesse ambiente que reconhecemos e compreendemos o outro na satisfação de conviver com pessoas diferentes.

Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio. Além do mais, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares (MANTOAN, 2003, p. 37).

Cada aluno possui um prévio conhecimento, que na escola vai sendo melhorado no seu devido tempo. Ao professor fica incumbido de mostrar ao aluno o quão ele é capaz de desenvolver cada habilidade e que, mesmo havendo barreiras, é preciso tentar superá-las.

A inclusão é a capacidade de entender e reconhecer no outro os privilégios de conviver e partilhar as diferenças entre nós. A educação inclusiva abraça a todos sem exceções, seja por sua deficiência mental ou física, por ser um aluno superdotado, ou por sua cor de pele ou condição financeira, pois viver a experiência da diferença traz ganhos para todos (MANTOAN, 2001).

Conforme Skliar (2006), a escola atual não está preocupada com a questão do outro, ou seja, nesse contexto não se leva em consideração a convivência entre as diferenças no âmbito escolar. O que evidencia a predominância da exclusão que cresce com base na desigualdade social, por preferir uma sociedade que é definida pela aparência.

Diante disso, inclusão é prática de interação uns com os outros. Não podemos viver juntos no mundo sem valorizar o outro e o que ele pode ser. Incluir é mais do que ter rampas de acesso ou banheiros adaptados a pessoas com deficiências, é saber lidar com as diversidades e, a partir delas, não impor limites no que geralmente é visto como impossível.

A educação especial tem a perspectiva de orientar os alunos com necessidades específicas a se desenvolverem a partir de técnicas diferenciadas que norteiam a educação geral, para que todos sejam encaminhados ao ensino comum superando suas dificuldades particulares, respeitando sempre e sem esquecer os limites de cada um. Busca ainda proporcionar aos alunos com necessidades específicas condições que favoreçam sua integração na sociedade, criando maneiras adequadas de ensinar democratizando a educação para todos.

Não se trata somente de colocar o indivíduo dentro de um espaço coletivo no qual precisa tão somente se adequar, mas implica em tornar o ambiente inclusivo com

práticas que enxerguem a significância de cada um, ao mesmo tempo torne relevante todo o coletivo.

Os desafios para exercer uma educação que torne suas práticas igualitárias e que ainda seja inclusiva não é fácil, porém isso não significa dizer que seja impossível. Mantoan (2003) expõe o seguinte:

Como estão hoje as nossas escolas? Todos sabemos que elas estão deixando a desejar e que é urgente fazer alguma coisa para redefini-las, de todas as formas possíveis. É difícil o dia-a-dia da sala de aula. Esse desafio que enfrentamos tem limite — o da crise educacional que vivemos, tanto pessoal como coletivamente, no ofício que exercemos. (MANTOAN, 2003, p. 6)

A escola vista como um ambiente de inclusão precisa ser pensada para oferecer qualidade de ensino a todo o seu público, com a organização de propostas pedagógicas que estejam diretamente ligadas à necessidade dos alunos e considerar os diversos níveis de aprendizagem. Além disso, trabalhar neste aluno ações necessárias é importante para se fazer, dentro e fora da sala de aula, um edificador em práticas educativas voltadas para o conhecer e o conquistar.

Com tudo isso, notamos que a inclusão dentro da educação não é algo proposto pelos dias atuais e nem tão somente imposta para grupos de modo específico como mostra a Declaração de Salamanca:

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (SALAMANCA, 1994, p. 3)

Em outras palavras, é de incumbência da escola acolher o aluno sem nenhum tipo de distinção, seja ele como for ou de onde vier.

No Brasil, as leis e os documentos foram criados no intuito de garantir o sucesso da inclusão. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, por exemplo, que assegura e defende o direito de todos a educação, no seu artigo 208, inciso III fala sobre a garantia e a oferta ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V, em destaque os artigos 58, 59 e 60 que tratam da

Educação Especial, define que a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino de forma que lhes assegure recursos educativos, métodos e adaptações específicas para atender as suas necessidades.

Em outras palavras Beyer (2006) resume ao dizer que:

O desafio é construir e colocar em prática uma pedagogia que consiga ser comum ou válida, para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada (BEYER, 2006, p. 76).

Diante disto, o que percebemos é que precisamos compreender que a proposta pedagógica para alunos com necessidades especiais deve atender de forma distinta e cabível a este aluno, tornando-o assim um construtor de saberes e conquistas dentro e fora da sala de aula.

A realidade mostra que a diversidade entre os sujeitos é característica nas salas de aula e realizar uma proposta de forma geral para lidar com a diversidade de cada pessoa pode tornar o ensino/aprendizagem cada vez menos eficaz. É necessário compreender que alunos com necessidades educacionais específicas precisam aprender através de propostas diferenciadas do coletivo na maneira com a qual o professor ensina determinada disciplina.

Mesmo com o direito a educação sendo garantida pela legislação a todos, a história da educação inclusiva no Brasil, ainda é marcada pela exclusão, tanto em nível de formação do professor como nas práticas de ensino. Segundo Fagundes (2001), um dos problemas centrais na educação inclusiva está na capacitação de docentes que irão lidar com alunos com algum tipo de necessidade.

Portanto, a inclusão destes alunos com necessidades específicas no ensino regular implica, entre outras coisas, formar e qualificar professores para a adaptação de recursos humanos e materiais. Esta melhoria tornará possível um modelo de educação inclusiva que possibilitará um ensino de qualidade melhor, que garanta oportunidades iguais a todos os alunos.

Dentro dessa contextualização sobre a inclusão da pessoa com deficiência, surge a necessidade de se colocar em sala de aula um profissional especializado, para colaborar com o professor e com a finalidade de acompanhar a criança ou adolescente.

### 3 O PAPEL DO MEDIADOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É relevante observar as variadas nomenclaturas que este profissional apresenta, entre outros: mediador escolar (FONSECA, 2014, GOMES, 2015), profissional de apoio (BRASIL, 2015), facilitador (GLAT e PLETSCHE, 2012), professor de apoio com necessidades educacionais especiais (NETO e MOURA, 2012). A nomenclatura que utilizarei neste artigo será a de “mediador” porque é o nome que se dá aos que atuam na área de educação inclusiva como apoio a crianças com deficiência no município de Sertânia-PE.

Segundo Glat e Pletsch (2012), o mediador é visto como um elemento de apoio ao professor do ensino regular em que existe algum aluno com necessidades específicas e precise de um atendimento mais específico e sua função é:

Dar suporte pedagógico as atividades do cotidiano escolar, sem com isso substituir o papel do professor regente. O mediador acompanha o dia a dia do aluno, realizado em concordância com a equipe escolar, as adaptações necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem do educando. No caso de alunos com deficiências motoras severas ou múltiplas, o mediador também auxilia nas atividades de locomoção e de vida diária na escola (GLAT & PLETSCHE, 2012, p. 24).

O mediador tem o encargo de apoiar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais tendo um olhar mais próximo as suas limitações, proporcionando um atendimento individualizado da aula juntamente com o professor regente.

Apesar de ser considerada uma prática recente, a execução da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que prevê a presença de um profissional de apoio junto com o professor da sala regular, mostra que é importante apresentar estudos sobre a caracterização deste profissional.

Entretanto, inserir essas pessoas nos âmbitos profissionais e institucionais é um enorme desafio em qualquer uma dessas esferas. Para a educação na relação de ensino/aprendizagem, assim como também para o professor, os alunos, os funcionários A inclusão produz efeitos, pois nos leva a refletir se as práticas acontecem na realidade.

Na escola devemos pensar em práticas de inclusão, como aquela que constrói autonomia na capacidade de ampliar as relações no cotidiano da sala de aula, bem como de toda escola, desde o portão com a rampa da acessibilidade, que percorre corredores e demais ambientes acessíveis para chegar até a sala de aula na cadeira em que os alunos se sentam, na letra maior que o professor escreve e nas atitudes afetivas construtivas a todos.

Para Beyer (2006), alunos com necessidades específicas inseridos no contexto da inclusão são aqueles que estão dentro da escola e que mantêm uma relação com desafios e dificuldades. Sendo assim, o trabalho de quem atua na educação juntamente com a inclusão, dentre eles o mediador, incidirá sobre a dificuldade do aluno e a forma de como ele é auxiliado.

É importante considerar que aquele profissional que está trabalhando na área da inclusão precisa conhecer cada aluno com o qual está convivendo e também se deixe conhecer por ele. Assim como o aluno com necessidades específicas, o profissional que se encontra junto a ele possui suas singularidades e é neste encontro de conhecimentos que o trabalho se concretiza.

A inclusão na educação não é apenas colocar o aluno com alguma limitação nas salas de aula regular, ou somente fazer com que eles aprendam teoricamente tudo o que os outros alunos aprendem. Inclusão engloba uma série de mudanças institucionais em que há a valorização da diferença e de atividades diversificadas. Por isso, percebemos a partir dos textos lidos que para haver inclusão, entre outros, é preciso:

- Mais profissionais especializados em sala de aula;
- Planejamento eficaz voltado para as práticas de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência;
- Estratégias variadas apresentadas de diferentes formas de trabalhar conteúdos;
- Compreender que existem diversas formas de aprender, por isso é preciso existir diversas formas de ensinar;
- Por fim, compreender que a diversidade é uma característica existente em todos os espaços da escola.

Sendo assim, é importante acreditar em novas ferramentas, materiais e estratégias adaptáveis para o aluno e sua dificuldade. Visto que, ampliar ações de inclusão no funcionamento da sala de aula para todos é um grande desafio, porque é preciso se adaptar a cada particularidade do aluno.

Um das principais conexões entre o que acontece na sala de aula e as relações ao seu redor do que o aluno com necessidades específicas tem tido na escola é por intermédio do mediador. Dessa forma, o mediador passa a ter como objetivo norteador do seu trabalho ajudar o aluno sem torná-lo dependente do seu trabalho. Ou seja, além de mediar, é também permitir que o aluno com necessidades específicas crie autonomia

a partir do momento em que possa contar com outras pessoas ou objetos que estão a sua volta.

As relações entre o mediador e seu aluno implicam relações de afetividade também. Ambos compartilham um mundo comum na projeção de um espaço partilhado, onde vivenciam experiências evolutivas conjuntas. Dessa maneira, o mediador vai tecendo uma relação junto com o aluno, a partir dos gostos, das brincadeiras, da possibilidade de interpretação, a aprendizagem de fato.

Na educação inclusiva é incumbido ao mediador oferecer diferentes possibilidades para o crescimento construtivo do aluno com necessidades específicas, acreditando sempre que ele será capaz de aprender com aquilo que lhe é ofertado, independentemente de sua limitação.

#### **4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES**

A diversificação de alunos nas escolas se converteu em uma grande conquista social. O sistema escolar se modificou profundamente não somente em sua estrutura, como também nos currículos e nas suas práticas pedagógicas. Essa diversidade entre os indivíduos que compartilham um meio social no cotidiano escolar nos faz pensar em práticas educativas que contemplem os alunos e suas peculiaridades. Pois “educar é confrontar com essa diversidade” (BEYER, 2013, p. 27).

É necessário entender que a adaptação aconteça e ensinar com uma única forma de aula e de procedimentos didáticos talvez não seja a melhor forma. Numa ampla proposta voltada para diversidade esses alunos precisam receber atenção diferenciada de acordo com suas limitações, porque dessa forma eles poderão desenvolver-se através de estratégias diferenciadas.

Nesse sentido, a execução dessa pesquisa teve como instrumento de coleta de dados de um questionário com mediadores que se disponibilizaram a relatar um pouco do seu trabalho. Mesmo sendo caracterizada por práticas recentes, não há encontrado, ainda, uma unidade significativa de dados que reflita sobre a formação, atuação, regulamentação da profissão, objetivos e limitações, dentre outros sobre as atribuições ao mediador.

Dessa forma, através da análise dos dados coletados foi possível observar que a mediação no âmbito escolar está sendo construída a partir de experiências vividas na

qual o mediador utiliza diversificadas maneiras de ensino para benefício do aluno que ele acompanha.

Este estudo foi desenvolvido com mediadores que atuam no Ensino Fundamental I em uma escola da Rede Municipal de Sertânia-PE. Os mediadores que se disponibilizaram para esta coleta de dados foram conscientizados de todo o teor do que trata este artigo, bem como os procedimentos do questionário aplicado, gravadas em áudio e transcritas para garantir a fidelidade de informações, com a garantia de anonimato e desistência das mediadoras. Antes da aplicação do questionário, os mediadores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantia de anonimato.

Foi utilizado para a aplicação desse questionário um aparelho de celular com função de gravação de voz digital e um questionário com perguntas semiestruturadas, disponíveis em apêndices.

A primeira entrevistada, denominada Entrevistada I, é uma mediadora de 23 anos que concluiu o ensino Normal Médio, antigo magistério, e atualmente concluiu ensino superior de Letras- Espanhol pela Universidade Estadual da Paraíba. Passou a trabalhar na função de mediadora desde o ano de 2017, através de processo seletivo por currículo e atua na mesma área até os dias de hoje, acompanhando um aluno com autismo.

A segunda entrevistada, denominada Entrevistada II, é uma mediadora de 37 anos. Ela atualmente está cursando o quarto período de pedagogia e concluirá seu curso em 2021. Passou a trabalhar na função de mediadora há cinco meses, a partir de experiências vividas em sala de aula, quando desempenhava a função de auxiliar do professor, ao observar um aluno com necessidades específicas, com diagnóstico prescritivo de Transtorno do Desenvolvimento Psicológico não Especificado, notando que o mesmo precisava de auxílio.

Quando questionadas se possuem algum curso específico para desenvolver seu trabalho de mediador elas respondem:

“Curso específico, específico não, mas eu tenho algumas formações, formações continuadas, e também tem algumas formações, muitas, lá na minha cidade em Sertânia por que há uma preocupação do pessoal da educação quanto à questão do mediador na questão da inclusão” (Entrevistado I).

“Sim, eu tenho um curso EAD, que é PORTAS ABERTAS PRA INCLUSÃO (nome do curso), que é do instituto Rodrigo Mendes, a

fundação é Barcelona e o fundo das Nações Unidas é que é da infância que é UNICEF e é 40 horas aulas” (Entrevistada II).

É importante que educadores que atuam na área da educação inclusiva participem de cursos ou formações nesta área. Desta forma, o educador terá um suporte maior que o ajudará a trabalhar com o aluno com deficiência como mostra a citação:

“Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial” (MEC/SEESP, 2008, p. 18-19).

As entrevistadas relataram como se dão as formações de um mediador no município de Sertânia-PE e quais são suas atribuições dentro da sala de aula. As formações se dão por meio de encontros pedagógicos juntamente com os professores do ensino regular. E são importantes acontecerem juntas para analisar melhorias em que mediador e professor trabalharão juntos. Sobre suas atribuições elas respondem:

“Bem, na sala de aula o professor ele se encarrega de fazer o plano de aula e ele repassa pra gente o conteúdo, como muitas vezes o aluno como é o caso do meu aluno, ele não acompanha a série então a gente tem que replanejar aquela aula de acordo com o nível que vá facilitar a aprendizagem dele” (Entrevistada I).

“O papel do mediador na sala de aula é assim, é só auxiliar a criança nos seus deveres de casa, de sala de aula, no que for necessário” (Entrevistada II).

Nesta parte das respostas é possível compreender que o mediador, segundo a Entrevistada I, tem o papel de auxiliar o aluno no seu processo de ensino/aprendizagem de maneira diversificada e apropriada. Ele tem que saber qual tipo de deficiência do aluno ao qual ele acompanha para saber o auxiliar de acordo com sua limitação. Já para a Entrevistada II, seu trabalho parece apenas preocupar-se com as atividades que devem ser realizadas com o aluno.

Sobre os desafios da sua função elas respondem:

“Olha são muitos, porque assim, pra alguns mediador não faz muita coisa há uma cobrança muito grande em cima da gente por que se o meu aluno não evolui a culpa é do mediador, embora que o aluno é do

professor mas essa questão da aprendizagem é voltada toda pra o mediador porque é o mediador que vai transformar todo aquele plano de aula todo ensino pra o aluno” (Entrevistada I).

“O desafio é buscar sempre atividades que façam com que a criança desenvolva sua capacidade de aprendizagem, estar sempre procurando meios pra isso” (Entrevistada II).

É perceptível que o mediador recebe uma responsabilidade alta sobre a evolução do aluno ao qual ele acompanha, pois é preciso que haja uma maneira diferenciada nos recursos utilizados para que seu aluno aprenda. O mediador, juntamente com o professor e a escola, precisa buscar recursos sempre a cada dia para inovar seu trabalho e caminhar junto ao do professor do ensino do regular. Visto que, o aluno com deficiência não é somente responsabilidade do mediador.

Com relação a existir uma metodologia que é própria do mediador elas respondem:

“Não existe uma metodologia própria para o mediador realizar seu trabalho, pois é necessário tentar vários métodos já que nem sempre o aluno vai aprender daquela forma naquele método” (Entrevistada I).

“Não existe uma metodologia própria para o mediador desempenhar a sua função, pois ela é quem está tentando sempre a cada dia renovar e buscar meios para desenvolver a aprendizagem do seu aluno” (Entrevistada II).

Desta forma, foi constatado que o mediador tenta de várias maneiras fazer com que o aluno aprenda respeitando sempre as suas limitações. Para este caso seria necessário algum tipo de formação voltada somente aos mediadores auxiliando-os na forma e nos meios de trabalhar, como desenvolver seu trabalho junto ao do professor do regular, como lidar com determinadas deficiências, etc.

Quanto aos recursos que a escola oferece para ambas trabalharem, elas responderam:

“As escola oferece todos os recursos possíveis para que eu possa trabalhar junto ao meu aluno, como por exemplo, jogos ou até outro material que seja necessário comprar” (Entrevistada I).

“Ela oferece meios para que eu possa exercer minha função junto ao meu aluno, com jogos e materiais didáticos, além de qualquer outra orientação” (Entrevistada II).

As entrevistadas se mostraram bem satisfeitas quanto ao apoio na utilização de recursos que a escola oferece para ambas exercerem seu trabalho, pois todo material que

lhes são oferecidos diversifica sua maneira de trabalhar como aluno. E é assim que a educação inclusiva precisa caminhar, um ajudando ao outro.

Questionadas sobre como fazem para unificar seu trabalho junto ao do professor do ensino regular, responderam da seguinte forma:

“Olha muito diálogo porque a gente conversa bastante é uma troca de experiência muito boa, até hoje a gente sente muito pra conversar sobre o que deu certo, o que não deu, o que meu aluno precisa evoluir, ela me dá muitas dicas, é uma troca de experiência muito boa” (Entrevistado I).

“Assim, trabalhamos em conjunto, ela sempre me ajuda, me orienta nas atividades, eu sempre tiro dúvidas com ela, porque na verdade temos que trabalhar assim, eu tenho que trabalhar sempre em cima do planejamento dela” (Entrevistada II).

É importante que haja essa união entre os profissionais docentes para trabalharem em conjunto, fazendo com o aluno evolua pouco a pouco, além do que, dessa forma, nem o professor e nem o mediador se sobrecarregam e ainda trocam experiências com a finalidade de beneficiá-lo.

No final das entrevistas, as mediadoras tiveram o espaço aberto para expor a fala de modo pessoal e sem nenhum questionamento sobre o seu trabalho. E foi relatado o seguinte:

“Bem, como eu falei que eu sou de Sertânia, eu trabalho há três anos na mesma escola. Em 2017 eu trabalhei com aluno autista do 5º ano, e 2018 e 2019, eu já passei a trabalhar com outro aluno. No ano passado ele tava no 2º, esse ano ele tá no 3º ano, e assim ele tem 8 anos, vai fazer 9 agora, e assim pra mim é uma honra. Desde que eu comecei a trabalhar com o autismo, o autista é muito bom desenvolver esse trabalho pra eles, é uma coisa muito gratificante. Trabalhar com eles é se reinventar, todos os dias são planos de aulas diferentes e assim eu tenho que me colocar sempre naquele plano de aula quando eu faço se ele vai aprender, se ele vai evoluir, eu me coloco sempre no lugar dele e isso é muito bom. Eu acredito que essa experiência que eu tô tendo com ele hoje vai me fortalecer por toda a minha carreira” (Entrevistada I).

“Eu tô gostando muito de tá como mediadora, a menina que eu cuido dela ela tem transtorno do desenvolvimento psicológico não especificado, e ela tem seis anos e é muito bom trabalhar com criança, sempre gostei e ela é uma menina muito carinhosa, muito boa de trabalhar com ela sabe e tá sendo muito bom esses cinco meses que eu estou com ela, tá sendo muito gratificante, tô gostando muito” (Entrevistada II).

Partindo dessa fala das entrevistadas, pude notar que ambas exercem seu trabalho com profissionalismo, responsabilidade, dedicação e preocupação quanto à aprendizagem do aluno. Além de ser um aprendiz tanto no seu lado profissional como humano.

No decorrer deste estudo foi possível notar que o mediador busca e utiliza diversificar sua prática de trabalho na tentativa de fazer com que seu aluno progrida, respeitando acima de tudo suas limitações. O mediador é alguém que está envolvido no cotidiano escolar do aluno com necessidade especial, com grande parcela de responsabilidade no desenvolvimento deste aluno por contribuir na sua aprendizagem e nas suas relações com outros alunos.

A escola em que as mediadoras entrevistadas atuam tenta oferecer da melhor forma possível o suporte pedagógico e material que está ao alcance para atender de forma gradativa aos mediadores. Existe uma relação que abrange Ambiente Escolar/Professor do Regular/Mediador que caminham juntos para obter boas relações e práticas que façam com que o aluno com necessidades especiais evolua e descubra o seu potencial.

Os resultados obtidos com esta pesquisa nos faz refletir que a partir do questionário e os dados coletados, existe um sentimento de amor, cuidado e responsabilidade pela função que as mediadoras estão desempenhando. As contribuições que essa função exerce trazem benefícios profissionais e pessoais para aqueles que a exercem.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda que existam leis ou livros de autores renomados e experientes no assunto que torne a educação de maneira igualitária a todos, grandes são os desafios para que isso de fato aconteça. Seja na formação de profissionais capacitados que atuem na área como nas suas reais práticas educativas como prevê a lei.

A educação inclusiva provoca efeitos que refletem na forma como professor e aluno pensam em relação ao processo de ensino/aprendizagem. E nos leva a cogitar sobre como de fato é a educação em suas práticas na sala de aula, pois ter apenas um método de ensinar cada conteúdo, acreditando que existirá alunos também com uma única forma de aprender não será possível existir uma escola onde todos possam interagir.

Os profissionais que atuam na área da educação, sem esquecer-se também da família que possui um papel importante, devem tomar conhecimento da heterogeneidade daqueles que precisam ser auxiliados quando tratamos das práticas que desenvolvam o aluno com deficiência específica. Pois o aluno não deve ser somente exposto na situação de inclusão quando estiver no ambiente escolar, mas também em outros ambientes que esteja convivendo socialmente.

Os alunos com necessidades específicas devem ser confrontados com eles mesmos apreciando cada habilidade que foi desenvolvida no seu determinado momento. Mesmo apresentando uma variedade de sugestões para favorecer a adaptação do aluno para com o ambiente escolar ou do ambiente escolar para com o aluno, é necessário que todos os envolvidos tenham conhecimento do que pode ser um conhecimento amplo para cada aprendiz.

Desta forma, as práticas da mediação devem partir do nível em que o aluno com necessidade específica se encontra e observar os avanços, devendo ser reajustado caso não haja progresso. Essas práticas não devem ser realizadas somente na escola, mas nos ambientes ao qual o indivíduo é exposto para que ele se desenvolva.

Mediar envolve estratégias planejadas e bem formuladas que levem a ações conjuntas de todos os envolvidos, que estimulem a autonomia e o saber de cada aluno com deficiência. O mediador deve ter a capacidade de criar condições favoráveis que possam explorar as situações e experiências no desenvolver da aprendizagem do aluno com necessidades específicas.

Este artigo teve a intenção de mostrar as questões que envolvem a mediação escolar e de como ela busca caminhar lado a lado a uma inclusão que abranja a todos, seja qualquer lugar que ela exista desde que seja praticada. E por mínima que seja as práticas de inclusão, notamos a partir do questionário, que o ato de incluir é persistente em cada ação conjunta que a escola realiza em favor do aluno. Além de apresentar valores como solidariedade, respeito e amor pelas diferenças e pelo trabalho que é exercido.

## REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Oto. Da Integração Escolar a Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Claudio Roberto. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre. Mediação, 2006. p. 73- 81.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEF, 1977.

BRASIL. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Brasília, DF: Senado Federal, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Saberes e práticas de inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais**. Brasília: MEC: SEESP; 2003.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília.

CAMPELO, Iara Maria. **Observação e análise da integração professor-aluno em classes de educação especial**. Rio de Janeiro: UERJ, 1990.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**, 1994. Disponível:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 11/09/2019.

FAGUNDES, Carlos Magalhães de. **Os novos desafios para a educação especial**. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

FERREIRA, V. **Educação especial** – Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Idéias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

FRELLER, C. **É possível ensinar educadores a incluir? (2006)**. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141571282010000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282010000200004)>. Acesso em: 14/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Revista Sentidos. Junho/2005. Disponível em <http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=8322&codtipo=8&subcat=31&canal=visao> . Acesso em 18/04/2019

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GOFFMAN, E. (2013). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC. Tradução: Mathias Lambert Data da Digitalização: 2004 Data Publicação Original: 1891.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças**. In: **Revista Nova Escola**. Ano XX, n. 186, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos.** São Paulo, Summus, 2006.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília//; SEESP, 1994.

NETO, Eloi Alexandre Pereira; MOURA, Simone Moreira. **Papel do Professor de Apoio permanente para alunos com necessidades educativas especiais:** reflexões sobre as políticas públicas e suas ações educativas nas salas de ensino regular. São Carlos, SP: Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial, UFSCar, p.560-578, 2012.

SKLIAR, Carlos (org.). **Educação & exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, DF: CORDE, 1994.

**APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA REALIZADA COM  
MEDIADORES**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ESPANHOL**

**ENTREVISTA**

**1- Qual o seu nome completo, sua idade e seu grau de escolaridade?**

R/

**2- Se você possui ensino superior responda qual a sua formação, quando concluiu ou concluirá seu curso.**

R/

**3- Como surgiu a oportunidade de trabalhar como mediador?**

R/

**4- Você possui algum curso específico para desenvolver seu trabalho de mediador?**

R/

**5- Quanto tempo faz que você esta atuando nesta área?**

R/

**6- Como se dá formação de um mediador no município de Sertânia?**

R/

**7- Quais as atribuições do mediador dentro da sala de aula?**

R/

**8- Quais os desafios da função que você exerce?**

R/

**9- Existe uma metodologia que é própria do mediador?**

R/

**10- A escola oferece meios para o mediador exercer sua função junto ao seu aluno?**

**Quais?**

R/

**11- Como você faz para unificar seu trabalho junto ao do professor do ensino regular?**

R/

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me concedido forças para superar as dificuldades que surgiram no decorrer deste curso.

A minha família e em especial ao meu amado filho, Luiz Miguel, minha maior motivação, essa conquista é nossa.

A esta instituição em seu corpo docente e administrativo, dos quais tive a oportunidade de conhecer, conviver, aprender e trocar experiências gratificantes com pessoas maravilhosas.

Aos amigos que conheci durante o período da graduação, em especial a Hélia, Herlen e Tatiane.

A minha orientadora, Maria da Conceição Almeida Teixeira, por seu tempo, dedicação, ensinamentos e por ter me ajudado quando mais precisei.

E a todos que colaboraram de forma direta e indireta, meu muito obrigada.